2000: integrou a delegação portuguesa responsável pela presidência da União Europeia na 5.ª Conferência das Partes Relativa à Convenção sobre a Diversidade Biológica;

Julho de 2001-Dezembro de 2004: participação no Projecto Livro Vermelho de Vertebrados de Portugal — revisão;

Desde Janeiro de 2003: co-responsável pela criação e implementação do Programa Antídoto — Portugal.

Despacho n.º 14 854/2005 (2.ª série). — Nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, com a redacção do n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 393/90, de 16 de Outubro, designo a técnica profissional especialista Maria Máxima da Silva Bento da Palma Dias, do quadro do Ministério da Educação, para exercer funções de secretariado de apoio à presidência.

Este despacho produz efeitos a partir de 1 de Junho de 2005.

9 de Junho de 2005. — O Presidente, *João C. Rosmaninho de Menezes*.

Despacho (extracto) n.º 14 855/2005 (2.ª série). — Por despachos de 31 de Janeiro e de 4 de Maio de 2005, respectivamente do presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo e do presidente do Instituto da Conservação da Natureza:

Ana Isabel Raposo Martins, vigilante da natureza de 2.ª classe do quadro da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo — autorizada a transferência com a mesma categoria para o quadro do Instituto da Conservação da Natureza, ficando exonerada do quadro de origem a partir de 1 de Junho de 2005, data da aceitação do lugar (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Junho de 2005. — A Directora de Serviços Administrativos e Financeiros, *Otilia Martins*.

Despacho (extracto) n.º 14 856/2005 (2.ª série). — Por despachos de 26 de Abril e de 11 de Maio de 2005, respectivamente do presidente do Instituto da Conservação da Natureza e do secretário-geral-adjunto do Ministério da Educação:

Maria Máxima da Silva Bento Dias, técnica profissional especialista do quadro do Ministério da Educação — autorizada a reanulação para exercer funções de secretariado nos serviços centrais, no Instituto da Conservação da Natureza, com efeitos a partir de 1 de Junho de 2005. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Junho de 2005. — A Directora de Serviços Administrativos e Financeiros, *Otilia Martins*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Direcção Regional da Economia do Algarve

Aviso n.º 6516/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, por despacho de 23 de Junho de 2005 do director regional da Economia do Algarve do Ministério da Economia e da Inovação, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso, concurso interno de acesso geral para o preenchimento de três vagas de técnico superior de 1.ª classe da carreira técnica superior de dotação global do quadro de pessoal desta Direcção Regional, constante do mapa v anexo à Portaria n.º 443/99, de 18 de Junho.

2 — Prazo de validade — o concurso visa exclusivamente o preenchimento dos lugares mencionados, caducando com o seu preenchimento.

3 — Legislação aplicável:

Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, e pela Lei n.º 49/99, de 11 de Julho;

Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro;

Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho;

Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro;

Decreto-Lei n.º 78/2003, de 23 de Abril.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, de 2 de Maio.

4 — Conteúdo funcional:

4.1 — Em termos genéricos — compete genericamente ao técnico superior exercer funções consultivas de natureza científico-técnica,

exigindo um elevado grau de qualificação, responsabilidade, iniciativa e autonomia, assim como um domínio total da área de especialização e uma visão global da administração que permita a interligação de vários quadrantes e domínios de actividade, tendo em vista a preparação da tomada de decisão, e requerendo uma especialização e formação básica ao nível de licenciatura;

4.2 — Em termos específicos:

Referência n.º 1 (dois lugares) — a área de recrutamento é a de administração energética, devendo os candidatos possuir licenciatura em engenharia Química ou Mecânica e, cumulativamente, conhecimentos profundos da legislação do sector dos combustíveis e experiência na apreciação de projectos de instalações de armazenagem de combustíveis cujo licenciamento é da competência das DRE, dos projectos de redes de distribuição de gás, realização de vistorias a estes tipos de instalações e no uso da ferramenta *Smartdocs*;

Referência n.º 2 (um lugar) — a área de recrutamento é a da Gestão, devendo os candidatos possuir licenciatura em Gestão Financeira e, cumulativamente, experiência e formação profissional na elaboração de orçamentos e sua integração com os programas de actividade, de acordo com as modernas técnicas de orçamentação e os princípios e orientações existentes; estudo e apresentação de indicadores de gestão, bem como análise económico-financeira das despesas e conhecimentos profundos da legislação da aquisição de bens e serviços e no uso das ferramentas SIC (sistema de informação contabilística) e *Smartdocs*.

5 — Local de trabalho — na Direcção Regional da Economia do Algarve, do Ministério da Economia e da Inovação, sito na Estrada da Penha, 8000-117 Faro.

6 — Remuneração, condições de trabalho e regalias sociais — o vencimento é o estabelecido no Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, e legislação complementar, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública.

7 — Requisitos gerais e especiais — são requisitos gerais e especiais de admissão a este concurso, cumulativamente, os previstos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, bem como os estabelecidos na alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com a redacção da Lei n.º 44/99, de 11 de Junho.

8 — Métodos de selecção — os métodos de selecção a aplicar são a avaliação curricular e a entrevista profissional de selecção, nos termos da alínea b) do n.º 1 e da alínea a) do n.º 2 do artigo 19.º e artigos 22.º e 23.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

9 — Critérios de apreciação e ponderação — os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

10 — Classificação final — a classificação final é expressa na escala de 0 a 20 valores, considerando-se não aprovados os candidatos que obtiverem classificação inferior a 9,5 valores.

11 — Formalização de candidaturas — o requerimento de admissão ao concurso, e respectiva documentação, deverá ser dirigido ao director regional da Economia do Algarve do Ministério da Economia e da Inovação, podendo ser entregue pessoalmente ou remetido através do correio, com aviso de recepção, expedido até ao termo do prazo fixado no n.º 1, na ou para a Direcção Regional da Economia do Algarve do Ministério da Economia e da Inovação, Estrada da Penha, 8000-117 Faro.

11.1 — O requerimento de admissão ao concurso deverá conter os seguintes elementos:

- Identificação completa (nome, filiação, nacionalidade, naturalidade, data de nascimento, número, local e data de emissão do bilhete de identidade e estado civil), residência, código postal, telefone;
- Habilitações literárias;
- Identificação da categoria detida, do serviço a que pertence e da natureza do vínculo e antiguidade na categoria, na carreira e na função pública;
- Identificação do concurso e do lugar a que se candidata;
- Declaração, sob compromisso de honra, de que o candidato reúne os requisitos gerais de provimento na função pública.

11.2 — O requerimento de admissão deverá ser acompanhado da seguinte documentação:

- Curriculum vitae*, datado, assinado e detalhado, do qual devem constar, designadamente, as habilitações literárias, as funções